

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Coordenação de Pesquisa
35º CAIC & 18º CAIT - UFAL Ciclo 2024/2025

ABERTURA OFICIAL: 29/10/2025, 10h - Auditório Reitoria (presencial)

PALESTRA PRESENCIAL: "O Equilíbrio Invisível: Saúde Mental e o Bem-Estar na Jornada Acadêmica". Profa. Dra. DELZA GITAÍ (com Certificação)

(03/11 - 16h REUNIÃO FINAL DE AVALIAÇÃO - COMITÊ ASSESSOR E AVALIADORES EXTERNOS)

PROGRAMAÇÃO - FACULDADE DE DIREITO - E-MAIL DA UNIDADE: hugo.santos@fda.ufal.br

Data: 28 /10 /2025											
Qtde	Sala virtual ou presencial	Período	PIBIC	Título do projeto	Título do plano de trabalho	Orientador	Apresentador (a)	Curso	Avaliadores Externos	Moderador/Monitor	Justificativa de Ausência (Orientador e/ou aluno)
1		16:30 às 18:20	Como participar do Google Meet https://meet.google.com/jxa-gvgg	A prática de crimes sexuais contra vulneráveis em plataformas virtuais: entre a compreensão do fenômeno e a aplicabilidade do Direito Penal	O acesso de pessoas vulneráveis às plataformas digitais e os caminhos para a proteção desse grupo contra crimes sexuais	ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA	BEATRIZ JÚLIO GOMES DE SÁ	DIREITO	Bruno Rota		
2				A prática de crimes sexuais contra vulneráveis em plataformas virtuais: entre a compreensão do fenômeno e a aplicabilidade do Direito Penal	A aplicabilidade do Direito Penal aos casos de crime sexual contra vulneráveis praticados em plataformas virtuais	ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA	BRUNO ELOI BALBINO	DIREITO	Bruno Rota		
3				A prática de crimes sexuais contra vulneráveis em plataformas virtuais: entre a compreensão do fenômeno e a aplicabilidade do Direito Penal	A pertinência do direito penal aos casos de crimes sexuais contra vulneráveis cometidos no meio digital	ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA	RYAN LUCAS LUNA CAVALCANTE	DIREITO	Bruno Rota		
7				A percepção de juízes e juízas sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça: os casos da Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho em Alagoas, em primeiro	Análise da percepção e aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça, por juízes e juízas na Justiça do Trabalho em Alagoas, em	ELAINE CRISTINA PIMENTEL COSTA	ANA CLARA SILVA NUNES	DIREITO	Bruno Rota		
8				A percepção de juízes e juízas sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça: os casos da Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho em Alagoas, em primeiro	Análise da percepção e aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça, por juízes e juízas na Justiça Estadual em Alagoas, em primeiro	ELAINE CRISTINA PIMENTEL COSTA	DANYELLE EUNICE BATINGA LAMENHA PEIXOTO	DIREITO	Bruno Rota		
9				A percepção de juízes e juízas sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça: os casos da Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho em Alagoas, em primeiro	Análise da percepção e aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça, por juízes e juízas na Justiça Federal em Alagoas, em primeiro	ELAINE CRISTINA PIMENTEL COSTA	JOAO CORREIA DA SILVA NETO	DIREITO	Bruno Rota		
10				A percepção de juízes e juízas sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça: os casos da Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho em Alagoas, em primeiro	Análise da percepção e aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça, por juízes e juízas na Justiça Eleitoral em Alagoas, em primeiro	ELAINE CRISTINA PIMENTEL COSTA	MATHEUS VASCONCELOS MAIA	DIREITO	Bruno Rota		

13	Link da videochamada : https://meet.google.com/vxa-gvgg-llz			Policiamento e adaptações institucionais em Alagoas: as recentes modificações normativas e de jurisprudência e sua repercussão nas práticas policiais	Análise das adaptações institucionais e mudanças nas práticas da Guarda Municipal de Maceió	HUGO LEONARDO RODRIGUES SANTOS	CILENE DOS SANTOS SILVA	DIREITO	Bruno Rota		
14				Policiamento e adaptações institucionais em Alagoas: as recentes modificações normativas e de jurisprudência e sua repercussão nas práticas policiais	Análise das adaptações institucionais e mudanças nas práticas da Polícia Penal de Alagoas	HUGO LEONARDO RODRIGUES SANTOS	JESSICA GOMES TENORIO MOURA	DIREITO	Bruno Rota		
15				Policiamento e adaptações institucionais em Alagoas: as recentes modificações normativas e de jurisprudência e sua repercussão nas práticas policiais	Análise das adaptações institucionais e mudanças nas práticas da Polícia Civil de Alagoas	HUGO LEONARDO RODRIGUES SANTOS	LEONARDO DE ALBUQUERQUE CANTOARIO	DIREITO	Bruno Rota		
16				Policiamento e adaptações institucionais em Alagoas: as recentes modificações normativas e de jurisprudência e sua repercussão nas práticas policiais	Análise das adaptações institucionais e mudanças nas práticas da Polícia Militar de Alagoas	HUGO LEONARDO RODRIGUES SANTOS	ROSA LARYSSA FERRO DE LIMA	DIREITO	Bruno Rota		

Data: 29/10/2025

Qtde	Sala virtual ou presencial	Período	PIBIC	Título do projeto	Título do plano de trabalho	Orientador	Apresentador (a)	Curso	Avaliadores Externos	Moderador/Monitor	Justificativa de Ausência (Orientador e/ou aluno)
4				TERMO DE ADESÃO AO ACORDO SOCIOAMBIENTAL NO CASO BRASKEM S/A E O AFUNDAMENTO DOS BAIRROS DE MACEIÓ: DISCRICIONARIEDADE MUNICIPAL À MADREPELÉ DO ESTADO	Termo de Adesão ao Acordo Socioambiental no caso Braskem S/A e o afundamento dos bairros de Maceió: Estado Socioambiental, instituto da desapropriação de bens públicos e	ALESSANDRA MARCHIONI	BEATRIZ MOURA MAIA	DIREITO	Catarine Gonçalves		
5	35º CAIC UFAL CICLO 2024-25 Áreas Constitucional, Administrativo e DH	13:30 às 16:00		TERMO DE ADESÃO AO ACORDO SOCIOAMBIENTAL NO CASO BRASKEM S/A E O AFUNDAMENTO DOS BAIRROS DE MACEIÓ: DISCRICIONARIEDADE MUNICIPAL À MADREPELÉ DO ESTADO	Termo de Adesão ao Acordo Socioambiental no caso Braskem S/A e o afundamento dos bairros de Maceió: Estado Socioambiental, função urbanística e discricionariedade	ALESSANDRA MARCHIONI	ISABEL NATALI FERREIRA BRANDAO	DIREITO	Catarine Gonçalves		
6	Quarta-feira, 29 de outubro - 1:30 – 4:00pm Fuso horário: America/Maceio			TERMO DE ADESÃO AO ACORDO SOCIOAMBIENTAL NO CASO BRASKEM S/A E O AFUNDAMENTO DOS BAIRROS DE MACEIÓ: DISCRICIONARIEDADE MUNICIPAL À MADREPELÉ DO ESTADO	Termo de Adesão ao Acordo Socioambiental no caso Braskem S/A e o afundamento dos bairros de Maceió: Estado Socioambiental, responsabilidade objetiva e discricionariedade municipal.	ALESSANDRA MARCHIONI	KAROLINE DOS SANTOS SILVA	DIREITO	Catarine Gonçalves		
11	Como participar do Google Meet Link da videochamada: https://meet.google.com/vxa-bnjv-gov Ou disque: (US) +1 260-301-2146 PIN: 484 424 034#			A Administração Pública na era da inteligência artificial: vieses algorítmicos, opacidade, ética algorítmica e governo digital. Por uma necessária humanização da nova economia digital.	REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	FILIPE LOBO GOMES	ANA BEATRIZ BITTENCOURT COSTA	DIREITO	Catarine Gonçalves		
12				A Administração Pública na era da inteligência artificial: vieses algorítmicos, opacidade, ética algorítmica e governo digital. Por uma necessária humanização da nova economia digital.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS NOVAS TECNOLOGIAS: GOVERNANÇA DIGITAL	FILIPE LOBO GOMES	QUEROLENE SEVERIANO DA SILVA	DIREITO	Catarine Gonçalves		
17				Cidadania Digital: regulação e efetividade dos direitos fundamentais	O meio ambiente digital e a efetividade de direitos fundamentais	JULIANA DE OLIVEIRA JOTA DANTAS	JOAO VITOR FERREIRA DA SILVA	DIREITO	Catarine Gonçalves		
18				Cidadania Digital: regulação e efetividade dos direitos fundamentais	Regulamentação e Regulação do espaço digital no Brasil	JULIANA DE OLIVEIRA JOTA DANTAS	RICARDO FERNANDES DE FARIAS	DIREITO	Catarine Gonçalves		
19				ESTADO, GÊNERO E CORPO: UM ESTUDO A PARTIR DA ADPF 527-DF, DA RESOLUÇÃO CNJ 366/2021 E SEUS PRINCIPAIS IMPACTOS EM ALAGOAS.	Análise das medidas cautelares proferidas na ADPF 527-DF.	LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA	GIOVANNA ARAUJO BATISTA	DIREITO	Catarine Gonçalves		
20				ESTADO, GÊNERO E CORPO: UM ESTUDO A PARTIR DA ADPF 527-DF, DA RESOLUÇÃO CNJ 366/2021 E SEUS PRINCIPAIS IMPACTOS EM ALAGOAS.	Análise do julgamento da ADPF 527-DF e da Resolução 366/2021- CNJ.	LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA	LARISA BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA	DIREITO	Catarine Gonçalves		

21	35º CAIC UFAL CICLO 2024-25 Áreas Constitucion al, Administrativ o e DH Quarta-feira, 29 de outubro - 1: 30 - 4:00pm Fuso horário: America/Mac eio Como participar do Google Meet Link da videochamad a: https://meet.google.com/vxa-bnjv-gov Ou disque: (US) +1 260- 301-2146 PIN: 484 424 034#	ESTADO, GÉNERO E CORPO: UM ESTUDO A PARTIR DA ADPF 527-DF, DA RESOLUÇÃO CNJ 366/2021 E SEUS PRINCIPAIS IMPACTOS EM ALAGOAS.	Análise dos principais efeitos da ADPF 527-DF e da Resolução 366/2021- CNJ em Alagoas.	LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA	MATHEUS MOURA FERREIRA	DIREITO	Catarine Gonçalves	
22		ESTADO, GÉNERO E CORPO: UM ESTUDO A PARTIR DA ADPF 527-DF, DA RESOLUÇÃO CNJ 366/2021 E SEUS PRINCIPAIS IMPACTOS EM ALAGOAS.	Reivindicações de grupos LGBTQIAPN+ em prol de mudanças da intervenção estatal no corpo de pessoas trans encarceradas.	LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA	OTONIEL DOS SANTOS FRAGOSO	DIREITO	Catarine Gonçalves	
23		AQUILOMBAR E RESISTIR: um estudo sobre as cotas raciais na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2013 à 2023.	DIREITO, RACISMO, PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (FDA/UFAL)	OLGA JUBERT GOUVEIA KRELL	ARTHUR FELIPE CALHEIROS SOARES	DIREITO	Catarine Gonçalves	
24		AQUILOMBAR E RESISTIR: um estudo sobre as cotas raciais na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2013 à 2023.	DIREITO, RACISMO, PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (FDA/UFAL)	OLGA JUBERT GOUVEIA KRELL	ELIAS FELIX SILVA DA ROCHA	DIREITO	Catarine Gonçalves	
25		AQUILOMBAR E RESISTIR: um estudo sobre as cotas raciais na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2013 à 2023.	DIREITO, RACISMO, ACESSO A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (FDA/UFAL)	OLGA JUBERT GOUVEIA KRELL	EZEQUIEL SANTANA DA SILVA OLIVEIRA	DIREITO	Catarine Gonçalves	
26		AQUILOMBAR E RESISTIR: um estudo sobre as cotas raciais na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2013 à 2023.	DIREITO, RACISMO, O PAPEL DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (FDA/UFAL)	OLGA JUBERT GOUVEIA KRELL	LORRAINY MOANNA ANDRE DA SILVA	DIREITO	Catarine Gonçalves	